

JOÃO PEDRO ALVES VENTURA SILVA RODRIGUES

CURRICULUM VITAE

I. HABILITAÇÕES ACADÉMICAS:

Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1998, com a classificação final de Bom com Distinção;

Mestrado em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na área de especialização de Ciências Jurídico-Políticas, em 2003, com a classificação final de Muito Bom;

Doutoramento em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na área de especialização de Direito Público, em 2020, com a classificação final de Aprovado com Distinção e Louvor – *Summa cum Laude*.

II. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Docente Universitário na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (desde 1998 até ao presente);

Docente do IDET – Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho, Coimbra (desde 2008 até ao presente);

Docente do CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação, Coimbra (desde 2012 até ao presente);

Árbitro do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa (desde 2013 até ao presente);

Assessor do Gabinete de Juízes do Tribunal Constitucional (entre 2002 e 2012);

Docente do Centro de Estudos Superiores da Universidade de Coimbra em Alcobça (entre 2005 e 2011);

Advogado (com inscrição suspensa desde 2000);

III. ATIVIDADE DOCENTE:

Regente da disciplina de Procedimento e Processo Tributário, no curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde 2019 até à data;

Docente da pós-graduação em Direito Fiscal das Empresas, do IDET, desde 2008, módulo "A Impugnação judicial no Direito Fiscal";

Docente da pós-graduação em Justiça Administrativa e Fiscal, do CEDIPRE, desde 2012, módulo "A reclamação graciosa e o recurso hierárquico no procedimento tributário";

Regente da disciplina de Direito Fiscal I, entre 2008 e 2011 e 2015 até à data, no curso de Licenciatura em Administração Público-privada da Faculdade de Direito de Coimbra;

Regente da disciplina de Direito Fiscal II, desde 2015 até à data, no curso de Licenciatura em Administração Público-privada da Faculdade de Direito de Coimbra;

Corregente da disciplina de Direito Fiscal das Empresas, entre 2008 e 2012, no curso de Licenciatura em Administração Público-privada na Faculdade de Direito de Coimbra.

Regente de turmas práticas de Direito Constitucional, entre 2011 e 2012, no curso de Licenciatura em Direito da Faculdade de Direito de Coimbra;

Regente, em colaboração da disciplina de Direito Fiscal e Fiscalidade, entre 2004 e 2008, no curso de Licenciatura em Administração Público-privada na Faculdade de Direito de Coimbra;

Regente de turmas práticas de Introdução ao Direito entre 1999 e 2005, no curso de Licenciatura em Direito da Faculdade de Direito de Coimbra;

Regente de turmas práticas de Direito Internacional Público 2003/2004, no curso de Licenciatura em Direito da Faculdade de Direito de Coimbra;

Regente da disciplina de Introdução ao Direito, desde 2005, no Curso de Formação Especializada em Administração Escolar no Centro de Estudos Superiores da Universidade de Coimbra, em Alcobaça;

Regente da disciplina de Introdução ao Direito no Curso de Mestrado em Gestão Escolar, no Centro de Estudos Superiores da Universidade de Coimbra, em Alcobaça, no ano letivo 2010/2011;

Regente da disciplina de Direito Administrativo Escolar, no Curso de Formação Especializada em Administração Escolar no Centro de Estudos Superiores da Universidade de Coimbra, em Alcobaça, entre 2010 e 2012.

IV. OUTRAS ATIVIDADES ACADÉMICAS E INSTITUCIONAIS:

Membro do Júri do Centro de Estudos Judiciários das provas de acesso à magistratura nos Tribunais Administrativos e Fiscais, 2019.

Membro do Júri de avaliação dos candidatos ao acesso ao ensino superior (Exames *Ad hoc*), responsável pela secção de Filosofia, entre 2000 e 2002.

Membro do Conselho Pedagógico da Faculdade de Direito, entre 2000 e 2004.

Membro do Júri de avaliação das provas finais de licenciatura em "Giurisprudenza", da Facoltà di Giurisprudenza da Università degli Studi di Lecce, Itália, em 2005;

Orientador e membro do júri de diversas provas de mestrado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

V. PRÉMIOS, CONFERÊNCIAS E PUBLICAÇÕES:

Recebeu, em 2006, o Prémio Doutor Afonso Rodrigues Queiró na área de Ciências Jurídico-Políticas, atribuído pela Fundação Eng. António de Almeida, à dissertação de mestrado que nessa área tivesse obtido a mais elevada classificação na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, pela sua dissertação sobre "*Critérios normativos de predeterminação da matéria tributável – Os novos caminhos abertos pela [pré-]suposta avaliação indireta na imposição fiscal do rendimento*", classificada com Muito Bom.

Participou, como conferencista, no Colóquio "Revisão da Legislação do Processo Administrativo e Fiscal", em 2006, no qual interveio com o seguinte tema "Justiça Tributária – Os processos cautelares".

Participou como conferencista no Colóquio organizado pelo CEDIPRE sobre as Autarquias locais, em 2007, no qual interveio com o seguinte tema "Taxas e/ou Preços - A propósito da Revisão da Legislação Relativa às Finanças Locais".

Participou, como conferencista, no Curso de Pós-graduação organizado pelo CEDOUA, na sessão subordinada ao tema "O Financiamento e o regime fiscal da reabilitação urbana", 2012.

"O Direito Fundamental à não Tributação dos Rendimentos Essenciais à Existência da Pessoa", *in* Fiscalidade, n.o 9.

"IVA, Liquidação, Recurso a Métodos Indiretos, Poderes de Cognição do STA", *in* Fiscalidade, n.o 10.

"Conceitos indeterminados: A sindicabilidade jurisdicional da sua interpretação-aplicação", *in* Aa. Vv., Jurisprudência Fiscal Anotada, Coimbra, 2001.

"As Comissões de Revisão da Matéria Tributável – Anotação ao Acórdão n.o 26664 do Supremo Tribunal Administrativo", Coimbra, 2002.

"Critérios normativos de predeterminação da matéria tributável – Os novos caminhos abertos pela [pré-]suposta avaliação indireta na imposição fiscal do rendimento", Dissertação de mestrado em Ciências Jurídico-políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2002.

"Algumas reflexões em torno da efetiva concretização do princípio da capacidade contributiva", *in* Aa. Vv., *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, Coimbra, 2004.

"Breves considerações sobre a natureza do ato de determinação indireta da matéria tributável e o dever da sua fundamentação", *in* Aa. Vv., *Estudos em Memória do Conselheiro Luís Nunes de Almeida*, Coimbra, 2007.

"Da (in)competência do Tribunal Constitucional para apreciar eventuais violações do princípio da legalidade criminal: breve reposicionamento crítico em sede metodológica" – em coautoria com Mafalda Miranda Barbosa –, *in* Aa. Vv., *Ars iudicandi. Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves*. Volume III: Direito Público, Direito Penal e História do Direito, *Studia Iuridica* 92, Ad honorem 3, Coimbra, 2009.

"A inconstitucionalidade do Pagamento Especial por conta", *in* Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal, Ano 3, n.o 3.

"Les problèmes de l'omission législatif dans une jurisprudence constitutionnelle: rapports", co-autor do Relatório apresentado pelo Tribunal Constitucional sobre "A inconstitucionalidade por omissão", Vilnius, 2009.

"Nós (Eu e Tu) e o Outro (Estado) ou o outro entre nós? Breves notas a propósito do impacto da diretiva 2000/43/CE do Conselho, de 29 de Junho de 2000, sobre o princípio da liberdade contratual. Morte do princípio ou manutenção do Status Quo Ante?, em coautoria com Mafalda Miranda Barbosa, *in* Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, n.o 87.

"O Direito Fundamental à não Tributação dos Rendimentos Essenciais à Existência da Pessoa", *in* Fiscalidade, n.o 9.

"IVA, Liquidação, Recurso a Métodos Indiretos, Poderes de Cognição do STA", *in* Fiscalidade, n.o 10.

"Conceitos indeterminados: A sindicabilidade jurisdicional da sua interpretação-aplicação", *in* Aa. Vv., Jurisprudência Fiscal Anotada, Coimbra, 2001.

"As Comissões de Revisão da Matéria Tributável – Anotação ao Acórdão n.o 26664 do Supremo Tribunal Administrativo", Coimbra, 2002.

"Critérios normativos de predeterminação da matéria tributável – Os novos caminhos abertos pela [pré-]suposta avaliação indirecta na imposição fiscal do rendimento", Dissertação de mestrado em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2002.

"Algumas reflexões em torno da efectiva concretização do princípio da capacidade contributiva", *in* Aa. Vv., *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, Coimbra, 2004.

"Breves considerações sobre a natureza do acto de determinação indirecta da matéria tributável e o dever da sua fundamentação", *in* Aa. Vv., *Estudos em Memória do Conselheiro Luís Nunes de Almeida*, Coimbra, 2007.

"Da (in)competência do Tribunal Constitucional para apreciar eventuais violações do princípio da legalidade criminal: breve reposicionamento crítico em sede metodológica" – em co-autoria com Mafalda Miranda Barbosa –, *in* Aa. Vv., *Ars iudicandi. Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor*

António Castanheira Neves. Volume III: Direito Público, Direito Penal e História do Direito, *Studia Iuridica* 92, Ad honorem 3, Coimbra, 2009.

"A inconstitucionalidade do Pagamento Especial por conta", *in* *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano 3, n.o 3.

"Les problèmes de l'omission législatif dans une jurisprudence constitutionnelle: rapports", co-autor do Relatório apresentado pelo Tribunal Constitucional sobre "A inconstitucionalidade por omissão", Vilnius, 2009.

"Nós (Eu e Tu) e o Outro (Estado) ou o outro entre nós? Breves notas a propósito do impacto da directiva 2000/43/CE do Conselho, de 29 de Junho de 2000, sobre o princípio da liberdade contratual. Morte do princípio ou manutenção do Status Quo Ante?, em co-autoria com Mafalda Miranda Barbosa, *in* *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, n.º 87.

"O Acordo na determinação da matéria tributável dos impostos sobre o rendimento" – Dissertação de doutoramento em Direito Público na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

Coimbra, junho de 2020